

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	16
6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	17
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	18
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	20
10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	20
11. INVESTIMENTOS	23
12. IMOBILIZADO.....	32
13. INTANGÍVEL	39
14. FORNECEDORES.....	40
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	40
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	41
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	44
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	44
19. PROVISÕES.....	45
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	52
21. RECEITA	52
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	54
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	57
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	57
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	60
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	66
27. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	68
28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	70
29. EVENTOS SUBSEQUENTES	71
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	72
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	82

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	633.840	290.549
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	572.738	600.754
Consumidores e Revendedores	5	560.939	649.571
Concessionários - Transporte de Energia		32.564	37.655
Ativo Financeiro da Concessão	10	7.947	4.582
Tributos Compensáveis	6	56.330	59.877
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	148.552	109.499
Dividendos a Receber		8.576	23.749
Estoques		4.808	5.596
Adiantamento a Fornecedores	24	82.816	4.450
Outros Créditos		88.164	70.693
TOTAL DO CIRCULANTE		2.197.274	1.856.975
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	5.040	10.283
Tributos Compensáveis	6	45.568	41.055
Depósitos Vinculados a Litígios	9	181.020	174.266
Transações com Partes Relacionadas		170	2.345
Outros Créditos		325.981	85.641
Ativo Financeiro da Concessão	10	1.945.641	1.268.404
Investimentos	11	5.731.112	4.039.033
Imobilizado	12	3.297.344	4.849.638
Intangíveis	13	34.390	50.396
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.566.266	10.521.061
TOTAL DO ATIVO		13.763.540	12.378.036

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	780.252	2.210.604
Debêntures	16	324.839	665.925
Fornecedores	14	304.375	309.010
Impostos, Taxas e Contribuições	15	77.474	84.237
Salários e Encargos Sociais		51.023	44.263
Encargos Regulatórios	17	41.534	45.727
Participações nos Lucros		43.818	24.881
Transações com partes relacionadas		225	285
Obrigações Pós-Emprego	18	37.088	34.615
Concessões a Pagar		2.712	21.025
Outras Obrigações		39.323	30.814
TOTAL DO CIRCULANTE		1.702.663	3.471.386
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	749.245	754.250
Debêntures	16	4.482.819	3.405.921
Provisões	19	95.254	92.744
Obrigações Pós-Emprego	18	570.327	546.983
Impostos, Taxas e Contribuições	15	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8a	406.924	285.727
Encargos Regulatórios	17	79.213	53.827
Concessões a Pagar		18.148	149.855
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda		81.346	29.028
Outras Obrigações		605	472
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.585.114	5.420.040
TOTAL DO PASSIVO		8.287.777	8.891.426
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	20		
Capital Social		1.837.710	1.700.000
Reservas de Lucros		1.309.293	1.309.293
Ajustes de Avaliação Patrimonial		433.948	477.317
Lucros Acumulados		1.894.812	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.475.763	3.486.610
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.763.540	12.378.036

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
RECEITA	21	5.652.238	5.601.183
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(217.795)	(200.542)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.980.291)	(1.277.766)
		<u>(2.198.086)</u>	<u>(1.478.308)</u>
CUSTO	22		
Pessoal e Administradores		(192.030)	(182.327)
Materiais		(9.567)	(9.566)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(81.503)	(203.342)
Serviços de Terceiros		(74.979)	(88.873)
Depreciação e Amortização		(198.051)	(216.064)
Provisões Operacionais		(56.600)	(30.888)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(88.732)	(48.011)
Outros Custos Operacionais		(9.599)	(8.195)
		<u>(711.061)</u>	<u>(787.266)</u>
CUSTO TOTAL		(2.909.147)	(2.265.574)
LUCRO BRUTO		2.743.091	3.335.609
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas (Reversão)		527	(550)
Despesas Gerais e Administrativas		(102.999)	(94.052)
Outras Despesas Operacionais		(106.689)	(114.695)
		<u>(209.161)</u>	<u>(209.297)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		(9.763)	(327.284)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	11	729.442	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		3.253.609	2.799.028
Receitas Financeiras	23	106.362	118.241
Despesas Financeiras	23	(724.860)	(429.117)
Resultado antes dos Impostos		2.635.111	2.488.152
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8b	(661.297)	(962.467)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	(122.371)	16.902
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.851.443	1.542.587
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,6391	0,5325

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Jul a Set/15	Jul a Set/14 Reclassificado
RECEITA	21	1.230.870	1.146.766
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(74.235)	(69.419)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(747.502)	(510.976)
		(821.737)	(580.395)
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	22		
Pessoal e Administradores		(62.584)	(61.666)
Materiais		(3.207)	(4.049)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		(6.532)	(77.709)
Serviços de Terceiros		(23.290)	(32.374)
Depreciação e Amortização		(54.973)	(77.838)
Provisões Operacionais		(14.462)	(23.267)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(32.474)	(10.919)
Outros custos de operação		(3.409)	(2.410)
		(200.931)	(290.232)
CUSTO TOTAL		(1.022.668)	(870.627)
LUCRO BRUTO		208.202	276.139
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas (reversão)		262	102
Despesas Gerais e Administrativas		(43.856)	(35.735)
Outras Despesas Operacionais		(31.351)	(52.960)
		(74.945)	(88.593)
Resultado de Equivalência Patrimonial		93.510	(319.468)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		(5.088)	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		221.679	(131.922)
Receitas Financeiras	23	43.460	36.515
Despesas Financeiras	23	(244.873)	(154.240)
Resultado antes dos Impostos		20.266	(249.647)
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	28.135	(17.199)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	17.854	(1.424)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		66.255	(268.270)
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,0229	(0,0926)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E
2014

(Em milhares de Reais)

	30/09/2015	30/09/2014
RESULTADO DO PERÍODO	1.851.443	1.542.587
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.851.443</u>	<u>1.542.587</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E
2014

(Em milhares de Reais)

	Jul a Set/15	Jul a Set/14
RESULTADO DO PERÍODO	66.255	(268.270)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>66.255</u>	<u>(268.270)</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	893.192	2.384.711	537.114	-	3.815.017
Resultado do período	-	-	-	1.542.587	1.542.587
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.542.587	1.542.587
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(42.244)	42.244	-
Aumento de Capital	806.808	(806.808)	-	-	-
Pagamento de Dividendos (R\$0,29/ação)	-	(847.005)	-	-	(847.005)
Pagamento de Dividendos Intermediários (R\$0,36/ação)	-	-	-	(1.030.000)	(1.030.000)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	1.700.000	730.898	494.870	554.831	3.480.599
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.700.000	1.309.293	477.317	-	3.486.610
Resultado do período	-	-	-	1.851.443	1.851.443
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.851.443	1.851.443
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(43.369)	43.369	-
Aumento de Capital	137.710	-	-	-	137.710
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015	1.837.710	1.309.293	433.948	1.894.812	5.475.763

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E
2014

(Em milhares de Reais)

	30/09/2015	30/09/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.851.443	1.542.587
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	202.114	218.363
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	35.575	17.163
Equivalência Patrimonial	9.763	327.284
Juros e Variações Monetárias	591.669	385.274
Imposto de Renda e Contribuição Social	783.668	945.565
Resultado em Operação Societária	(729.442)	-
Provisões para Perdas Operacionais	56.073	(31.877)
Obrigações Pós-Emprego	59.988	53.133
	2.860.851	3.457.492
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	106.699	113.157
Tributos Compensáveis	9.040	121.078
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(39.053)	(38.846)
Transporte de Energia	5.091	(9.254)
Depósitos Judiciais	(5.524)	(17.456)
Dividendos Recebidos	77.225	8.262
Ativo Financeiro	7.415	3.593
Adiantamento a Fornecedores	(74.667)	-
Outros	(30.645)	(36.170)
	55.581	144.364
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(5.412)	106.222
Tributos e Contribuição Social	(7.686)	(8.757)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(20.351)	35.002
Salários e Contribuições Sociais	6.760	3.184
Encargos Regulatórios	16.520	(1.041)
Obrigações Pós-Emprego	(34.171)	(32.075)
Participação nos Lucros	18.937	8.695
Outros	(78)	(54.670)
	(25.481)	56.560
Caixa Gerado nas Operações	2.890.951	3.658.416
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(678.590)	(997.469)
Juros Pagos	(421.014)	(254.525)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.791.347	2.406.422
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Investimentos - Aporte	(143.588)	(1.124.279)
Aquisição de Investimentos	(309.684)	(1.591.898)
No Imobilizado	(24.767)	(41.803)
No Intangível	(2.704)	(3.037)
No Ativo Financeiro	(88.732)	(48.011)
Em Títulos e Valores Mobiliários	33.259	491.924
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(536.216)	(2.317.104)

	30/09/2015	30/09/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Obtidos	1.588.206	1.918.769
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	(2.252.692)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.527.104)	(482.761)
Aumento de Capital	27.058	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(911.840)	(816.684)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	343.291	(727.366)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	290.549	1.107.174
No fim do exercício	633.840	379.808
	343.291	(727.366)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/09/2015		30/09/2014	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	6.623.324		6.587.236	
Receita de Construção	88.732		48.011	
Investimentos em Imobilizado	21.722		27.384	
Receita de valor justo em operação societária	729.442		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	527		(550)	
Receita de Indenização da Transmissão	60.549		63.315	
Outras receitas	179		-	
	7.524.475		6.725.396	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.121.250)		(1.363.969)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(233.903)		(215.018)	
Serviços de Terceiros	(136.726)		(142.621)	
Materiais	(76.884)		(49.875)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(87.882)		(217.922)	
Concessão Onerosa	(6.357)		(17.002)	
Outros Custos Operacionais	(85.646)		(59.805)	
	(2.748.648)		(2.066.212)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.775.827		4.569.184	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(202.114)		(218.363)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.573.713		4.440.821	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.763)		(327.284)	
Receitas Financeiras	106.362		118.241	
	96.599		(209.043)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.670.312		4.231.778	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	295.371	6,32	264.075	6,24
Remuneração direta	214.907	4,60	176.988	4,18
Benefícios	68.612	1,47	74.920	1,77
FGTS	11.852	0,25	12.118	0,29
Programas de Desligamento de Empregados	-	-	49	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições	1.783.110	38,19	1.980.862	46,81
Federais	1.358.841	29,10	1.590.769	37,59
Estaduais	422.936	9,06	388.679	9,19
Municipais	1.333	0,03	1.414	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	740.388	15,85	444.254	10,50
Juros	724.860	15,52	429.117	10,14
Aluguéis	15.528	0,33	15.137	0,36
Remuneração de Capitais Próprios	1.851.443	39,64	1.542.587	36,45
Lucros Acumulados	1.851.443	39,64	1.542.587	36,45
	4.670.312	100,00	4.231.778	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 55 usinas, sendo 51 usinas hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pela Diretoria Executiva e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 09 de novembro de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2015, está relacionada a seguir:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	30/09/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	27	Segmentos Operacionais
5	3	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	4	Títulos e Valores Mobiliários
7	5	Consumidores e Revendedores
8	6	Tributos e Contribuições Compensáveis
9	7	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Ativos Financeiros da Concessão
13	11	Investimentos
14	12	Imobilizado
15	13	Intangíveis
16	14	Fornecedores
17	15	Impostos, Taxas e Contribuições
18	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	17	Encargos Regulatórios
20	18	Obrigações Pós-Emprego
21	19	Provisões
22	20	Patrimônio Líquido
23	21	Receita
24	22	Custos e Despesas Operacionais
25	23	Receitas e Despesas Financeiras
26	24	Transações com Partes Relacionadas
27	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	28	Transações Não Envolvendo Caixa
32	29	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões, autorizações e os Efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais

2.3 – Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias do 3º trimestre de 2014, originalmente emitidas em 13 de novembro de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

30/09/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstração de Resultado					
Receita		21	5.707.912	(106.729)	5.601.183
Custos - CFURH		22	(91.452)	91.452	-
Outras Despesas Operacionais		22	(129.972)	15.277	(114.695)

30/09/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Composição da Receita					
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos		21	3.890.484	243.490	4.133.974
Receita de transmissão - com impostos		21	462.159	(243.490)	218.669
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas		21	(990.650)	(106.729)	(1.097.379)

01/07/2014 a 30/09/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstração de Resultado					
Receita		21	1.177.646	(30.880)	1.146.766
Custos - CFURH		22	(24.678)	24.678	-
Outras Despesas Operacionais		22	(59.162)	6.202	(52.960)

01/07/2014 a 30/09/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Composição da Receita					
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos		21	1.336.229	52.632	1.388.861
Receita de transmissão - com impostos		21	134.480	(52.632)	81.848
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas		21	(309.644)	(30.880)	(340.524)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	2.317	5.273
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	475.577	252.322
Overnight	155.893	32.954
Outros	53	-
	631.523	285.276
	633.840	290.549

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 75% a 111% conforme operação).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/09/2015	31/12/2014
Certificados de depósitos bancários	360.498	138.872
Letras Financeiras – Bancos	134.296	350.228
Letras Financeiras do Tesouro	33.550	52.420
Debêntures	48.892	61.545
Outros	542	7.972
	577.778	611.037
Ativo Circulante	572.738	600.754
Ativo Não Circulante	5.040	10.283

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 111% conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 116,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 101,5% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas na norma contábil, está apresentada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2015	31/12/2014
Industrial	306.847	39.134	12.198	358.179	348.886
Comércio, Serviços e Outras	5.889	154	-	6.043	5.821
Suprimento a Outras Concessionárias	72.223	15.291	560	88.074	260.045
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	110.317	-	168	110.485	39.876
Suprimento – outros créditos	292	875	1.166	2.333	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(4.175)	(4.175)	(5.057)
	495.568	55.454	9.917	560.939	649.571
Ativo Circulante				560.939	649.571

Obtenção de liminar para impedir o ajuste do MRE

Em 20 de julho de 2015, a Companhia obteve, em decisão proferida pela Justiça Federal, o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela para determinar à ANEEL que, até o trânsito em julgado da demanda, não sejam aplicados os efeitos do ajuste do mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico das usinas hidrelétricas (MRE), quando a geração de energia efetiva do conjunto de usinas participantes desse condomínio for inferior à sua garantia física, em razão dos atuais baixos valores do GSF (*Generation Scaling Factor*), desta maneira, os efeitos reconhecidos no resultado da Companhia considerando o GSF apurado pela CCEE antes dos efeitos das liminares refletem, desde o início de 2014, a redução da geração

hidrelétrica por força de diversos atos de ordem tanto estrutural quanto conjuntural, alheios à Companhia.

Devido às incertezas relacionadas ao desfecho desse processo judicial, a Companhia não registrou as receitas obtidas na CCEE que foram relacionadas à Antecipação de Tutela obtida

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.498
Constituições	550
Saldo em 30 de setembro de 2014	5.048
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.057
Constituições/Reversões	(527)
Baixas	(355)
Saldo em 30 de setembro de 2015	4.175

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS a Recuperar	47.488	50.929
COFINS	4.656	5.018
PIS/PASEP	988	1.067
Outros	3.198	2.863
	56.330	59.877
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	38.027	32.210
COFINS	6.208	7.280
PIS/PASEP	1.333	1.565
	45.568	41.055
	101.898	100.932

Os créditos de PIS/PASEP, COFINS e ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até 30 de setembro de 2016.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar.

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	121.041	86.358
Contribuição Social	27.511	23.141
	148.552	109.499

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	30/09/2015	31/12/2014
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	144.285	136.357
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.419	1.720
Concessão Onerosa	8.763	62.325
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	60.044	41.403
Outros	15.534	9.109
	255.353	276.222
Passivos Fiscais Diferidos		
Custo Atribuído	(256.168)	(278.510)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	-	(55.954)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(247.928)	(227.341)
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(156.328)	-
Outros	(1.853)	(144)
	(662.277)	(561.949)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(406.924)	(285.727)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	(285.727)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(122.371)
Incorporação de Capim Branco	1.174
Saldo em 30 de setembro de 2015	(406.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(226.768)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	16.902
Saldo em 30 de setembro de 2014	(209.866)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/09/2015	30/09/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.635.111	2.488.152
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(895.938)	(845.972)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	26.972	15.191
Resultado de Equivalência Patrimonial	(30)	(111.276)
Ganho de Capital por Variação no Percentual de Participação no Capital da Aliança Geração	88.392	-
Multas Indedutíveis	(7)	(117)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.901)	(3.698)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(157)	9
Outros	1	298
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(783.668)	(945.565)
Imposto Corrente	(661.297)	(962.467)
Imposto Diferido	(122.371)	16.902
	(783.668)	(945.565)
Alíquota Efetiva	29,74%	38,00%

	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	20.266	(249.647)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(6.890)	84.880
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	22.673	6.818
Resultado de Equivalência Patrimonial	32.215	(108.618)
Multas Indedutíveis	(4)	(13)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.967)	(1.799)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(38)	7
Outros	-	102
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	45.989	(18.623)
Imposto Corrente	28.135	(17.199)
Imposto Diferido	17.854	(1.424)
	45.989	(18.623)
Alíquota Efetiva	226,93%	7,46%

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973/14 estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais – SUDENE

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da SUDENE pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	30/09/2015	31/12/2014
Trabalhistas	57.847	55.084
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.310	8.014
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233
Outros	5.648	5.313
	115.191	114.560
Outros		
Bloqueio Judicial	43	321
Regulatórios	2.406	1.869
Outros	5.533	2.432
	7.982	4.622
	181.020	174.266

(1) Os saldos de depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS possuem provisão correspondente em Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Ativos de Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à ANEEL em 31 de julho de 2014, representava uma indenização à Companhia no valor de R\$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012.

Em 23 de fevereiro de 2015, a ANEEL enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R\$1.157.106, que atualizado até 30 de setembro de 2015 pelo IGP-M, corresponde ao valor de R\$1.299.588, dos quais R\$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Ainda não estão definidos pelo Poder Concedente o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

Ativos de Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão 007/97 para as usinas descritas na tabela abaixo. A partir do término da concessão, os ativos ainda não depreciados referentes a essas usinas deverão ser devolvidos ao Poder Concedente e indenizados à Companhia, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão em julho de 2015 e montam R\$546.410.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/09/2015	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 30/09/2015
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.690	413.446
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.923
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	606	4.255
		677,29	108.452	546.410

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis deverão ser entregues à ANEEL até 31 de dezembro de 2015. A Companhia está em processo de elaboração dos laudos. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que não há indicativo que os valores indenizáveis pelo Poder Concedente serão inferiores aos reconhecidos nas suas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015.

A partir do término do contrato de concessão, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, que prevê remuneração por tarifa apenas pela operação e manutenção dos ativos, de acordo com os requerimentos da Portaria MME nº 236, de 29 de maio de 2015, até a transferência dos ativos aos vencedores da licitação atualmente em andamento pelo Poder Concedente. A Companhia reconheceu R\$30.895 relativos à operação destas usinas em regime de cotas a partir de agosto de 2015.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	30/09/2015	31/12/2014
Transmissão - Indenização a Receber	1.014.150	953.601
Transmissão - Ativos Remunerados por Tarifa	353.150	276.659
Geração - Usinas Não Renovadas	546.410	-
Geração - Ativos Remunerados por Tarifa	39.878	42.726
	1.953.588	1.272.986
Circulante	7.947	4.582
Não Circulante	1.945.641	1.268.404

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.272.986
Adição	88.732
Recebimentos	(7.415)
Atualização Financeira Indenização Transmissão	60.549
Indenização Usinas não renovadas – transferência do Imobilizado	546.410
Transferências	(127)
Baixas	(7.547)
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.953.588

Saldo em 31 de dezembro de 2013	779.135
Adição	48.011
Recebimentos	(3.593)
Reversão de Provisão	63.315
Transferências	(375)
Baixas	(312)
Saldo em 30 de setembro de 2014	886.181

11. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	30/09/2015	31/12/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	39.082	34.296
Guanhães Energia	37.442	67.428
Hidrelétrica Pipoca	26.052	28.807
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	608.285	674.183
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	654.454	707.910
Lightger	37.611	38.900
Baguari Energia	187.344	193.351
Central Eólica Praias Parajuru	63.369	61.999
Central Eólica Volta do Rio	85.558	84.023
Central Eólica Praias de Morgado	62.868	62.332
Amazônia Energia	488.744	394.238
Aliança Geração	1.331.869	3.323
Aliança Norte	350.902	-
Retiro Baixo	147.875	149.944
Renova	1.609.657	1.538.299
	5.731.112	4.039.033

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	30/09/2015
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	4.786	-	-	-	39.082
Guanhães Energia	67.428	(29.986)	-	-	-	37.442
Hidrelétrica Pipoca	28.807	1.718	-	(4.473)	-	26.052
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	674.183	(63.649)	-	-	-	610.534
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	707.910	(55.705)	-	-	-	652.205
Baguari Energia	193.351	5.857	-	(11.864)	-	187.344
Central Eólica Praias Parajuru	61.999	1.304	-	-	66	63.369
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.535	-	-	-	85.558
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	536	-	-	-	62.868
Lightger	38.900	(1.289)	-	-	-	37.611
Amazônia Energia	394.238	(3.408)	97.914	-	-	488.744
Aliança Geração	3.323	63.705	581.114	(45.715)	729.442	1.331.869
Aliança Norte	-	(3.209)	354.111	-	-	350.902
Retiro Baixo	149.944	(3.316)	1.247	-	-	147.875
Renova	1.538.299	71.358	-	-	-	1.609.657
	4.039.033	(9.763)	1.034.386	(62.052)	729.508	5.731.112

	31/12/2013	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	30/09/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	5.985	-	(3.140)	-	36.767
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	4.366	-	(1.107)	-	28.328
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	642.585	(199.496)	160.000	-	-	603.089
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	-	(148.819)	802.797	-	-	653.978
Baguari Energia	199.411	6.473	-	(12.277)	10	193.617
Central Eólica Praias Parajuru	61.201	1.598	-	(494)	-	62.305
Central Eólica Volta do Rio	77.884	3.567	-	-	1	81.452
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	1.125	-	-	1	62.074
Lightger	40.076	1.046	-	(1.120)	-	40.002
Amazônia Energia	310.797	(3.129)	49.148	-	-	356.816
Retiro Baixo	-	-	150.837	-	-	150.837
Chiplely	-	-	739.943	-	(739.943)	-
Aliança	-	-	3.323	-	-	3.323
Renova	-	-	810.129	-	739.943	1.550.072
	1.519.321	(327.284)	2.716.177	(18.138)	12	3.890.088

c) As principais informações sobre as controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro 2015			Em 31 de dezembro 2014		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	79.759	49,00	35.000	69.991
Guanhães Energia	137.607.800	49,00	137.608	76.412	49,00	137.608	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	53.167	49,00	41.360	58.789
Madeira Energia (*)	9.685.903.724	18,05	9.761.952	6.995.784	17,76	9.455.706	7.782.055
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	269.987	69,39	261.573	278.653
Central Eólica Praias de Parajuru (*)	70.560.000	49,00	70.560	129.324	49,00	70.560	126.529
Central Eólica Volta do Rio (*)	117.230.000	49,00	117.230	174.608	49,00	117.230	171.476
Central Eólica Praias de Morgado (*)	52.960.000	49,00	52.960	128.302	49,00	52.960	127.208
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	76.757	49,00	79.232	79.388
Amazônia Energia	595.398.523	74,50	694.098	656.032	74,50	562.670	529.178
Aliança Geração	1.291.487.501	45,00	1.291.450	2.959.709	-	-	-
Aliança Norte	20.673.567.931	49,00	620.166	716.127	-	-	-
Retiro Baixo (*)	222.850.000	49,90	233.449	296.343	49,90	217.350	300.489
Renova (*)	318.655.422	27,37	2.509.937	5.881.100	27,37	2.567.613	5.620.383

(*) Patrimônio Líquido incluindo o ágio na aquisição.

Sociedades	Janeiro a setembro de 2015		Janeiro a setembro de 2014	
	Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	9.767	6.408	12.215
Guanhães Energia	-	(61.196)	-	-
Hidrelétrica Pipoca	9.128	3.506	2.259	6.780
Madeira Energia	-	(661.241)	-	(1.994.954)
Baguari Energia	17.098	8.441	17.693	9.349
Central Eólica Praias de Parajuru	-	2.661	1.008	5.597
Central Eólica Volta do Rio	-	3.133	-	8.826
Central Eólica Praias de Morgado	-	1.094	-	5.443
Lightger	-	(2.631)	2.286	2.148
Amazônia Energia	-	(4.574)	-	(4.148)
Aliança Geração	101.589	740.793	-	-
Aliança Norte	-	(6.431)	-	-
Retiro Baixo	-	(6.767)	-	-
Renova	-	260.716	-	-

Em 30 de setembro de 2015, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Guanhães Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função de atrasos de parte das captações junto ao BNDES para a construção dos empreendimentos. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de concluir as liberações dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES e alongamento das demais dívidas.

Em 30 de setembro de 2015, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Renova Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função do empréstimo ponte junto ao BNDES. A Administração da Renova Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, sendo que a Renova Energia está em entendimentos finais para enquadramento junto ao BNDES do alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo, que irá substituir os empréstimos pontes tomados.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2015, R\$ 21.961.699 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 30 de setembro de 2015, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$ 3.964.087. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

Opção de Venda de Cotas do FIP Malbec e FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia utilizada na mensuração do valor justo da referida opção a Companhia adotou o método do fluxo de caixa descontado do acionista. A provisão decorrente do valor justo dessa opção foi calculada pela diferença entre o preço de exercício na data das Informações Contábeis Intermediárias

e o valor justo das ações objeto da opção de venda, também na data dessas Informações Contábeis Intermediárias. O preço do exercício foi calculado pela atualização do valor investido pelas fundações em IPCA + 7% a.a., enquanto o valor justo das ações objeto da opção foi estimado por meio dos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente nesta mesma data, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado, nas informações contábeis intermediárias da Companhia, um passivo no valor de R\$81.346 referente a diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 é como segue:

	30/09/2015	30/09/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.029	-
Adições	52.317	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	81.346	-

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$32 milhões no valor das opções.

Investimento na Amazônia Energia S.A.

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e a participação é de 9,77%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última unidade geradora entrar em operação é janeiro de 2019.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL: “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte”.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas demonstrações financeiras.

Aquisição de participação na Aliança Norte Energia

A Cemig GT concluiu, em 31 de março de 2015, a aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A. (NESA), pertencentes a Vale, o que corresponde a uma participação indireta na NESA de 4,41%.

O preço da aquisição foi de R\$309.684 referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da NESA até a data do fechamento da operação, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte até 28 de fevereiro de 2015, proporcionalmente a participação societária.

Valor justo da participação adquirida na Aliança Norte Energia Participações S/A é como segue:

	Valores justos das participações adquiridas (49,00%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Investimentos	249.935
Ativo intangível	90.861
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(220)
Impostos diferidos	(30.893)
Total dos ativos líquidos	309.684

Investimento no Consórcio UHE Itacara

O Consórcio UHE Itacara, constituído por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. e por Itacara Energia Ltda., subsidiária integral da Light S.A., com participações de 49% e 51%, respectivamente, participou do 21º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (“Leilão A-5”) para contratação de energia elétrica de novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica e termelétrica, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e prazo de concessão de 30 anos, sagrando-se vencedor, em 30 de abril de 2015, da concessão da UHE Itacara I.

Investimento na Guanhães Energia S.A.

A Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”), controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de potência instalada.

Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi comercializada pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50 MWh, a partir de janeiro de 2018. A primeira unidade geradora tem previsão de entrar em operação em março de 2016, enquanto a previsão da última é dezembro de 2016.

Constituição da Aliança Geração de Energia

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações em consórcios de geração de energia elétrica, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2015
Ativo	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	599.477
Passivo	
Concessão Onerosa Porto Estrela – corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	(149.725)
Acervo Líquido da Cemig GT	449.752
Acervo Líquido da Capim Branco	131.362
	581.114

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (“Vale”) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Cemig Holding para Cemig GT) e Candonga empreendimento somente da Vale. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. A Cemig Capim Branco foi extinta nesta data, em decorrência da incorporação de seus saldos remanescentes de ativos e passivos pela Cemig GT.

Em conformidade com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, mais especificamente o CPC 18 R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), a Cemig GT reconheceu em suas Informações Contábeis Intermediárias o ganho referente a avaliação ao valor justo do

investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos da Companhia que foram aportados na Vale.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	581.114	1.276.668	1.857.782
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171		
Exclusão do ajuste a valor justo referente aos ativos aportados pela Companhia	(578.615)		
Valor ajustado da participação da Cemig	1.310.556		
Valor contábil anteriormente registrado	(581.114)		
Ganho da transação a ser registrado no resultado do exercício de 2015	729.442		
Efeitos fiscais	(161.348)		
Efeito líquido no resultado do exercício	568.094		

Venda de Ativos da Renova

No dia 15 de julho de 2015, a Renova Energia (“Renova”) concluiu o acordo para contribuição de ativos para a TerraForm Global. A operação tem por objetivo aumentar a competitividade, a geração de valor e a capacidade de crescimento da Companhia. Com essa transação, a Renova terá ainda novas opções de financiamento baseadas nos contratos de permuta do *Backlog* e nas ações da Terraform Global recebidas como pagamento, fortalecendo a estrutura de capital para o desenvolvimento dos projetos. A operação foi dividida em duas fases conforme a seguir explicado:

Primeira Fase - Ativos Operacionais

Anunciada em 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no leilão de energia de reserva dedicado à fonte eólica LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro; e

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento.

Os valores acima estão sujeitos aos ajustes contemplados nos respectivos contratos.

Em 19 de setembro de 2015, ocorreu o fechamento de parte da primeira fase da operação com a venda dos ativos operacionais eólicos dos projetos Bahia e Salvador. Os ativos dos projetos foram alienados pelo montante de R\$451 milhões e R\$1.026 milhões respectivamente. O resultado dessa transação gerou um ganho de R\$112 milhões para a Companhia, como resultado de equivalência patrimonial.

Segunda Fase – Projetos do *Backlog* e Opção de Compra Ativos Futuros

Anunciada em 15 de julho de 2015, compreende outros ativos que possuem contratos de venda de energia de longo prazo, operacionais e não-operacionais (“*Backlog*”) e projetos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos pela Renova que vierem a vender energia em contratos de longo prazo (“*Pipeline*”), e contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos de cada projeto do *Backlog*, conforme listados abaixo, pelo valor total da empresa (*enterprise value*, que considera as dívidas no valor do ativo) de R\$ 13,4 bilhões. Os valores serão ajustados na data da permuta conforme as disposições contratuais aplicáveis. Os ativos, com 2.204,2 MW de capacidade instalada, serão permutados após suas respectivas entradas em operação comercial e conforme cronograma abaixo negociado pelas partes, e a Renova receberá o valor correspondente em ações da TerraForm Global com base na média das cotações dos últimos 30 pregões anteriores ao fechamento.

Ativo	Capacidade instalada (MW)	Ano de Permuta
Light I	200,70	2017
Light II	202,80	2017
LEN A-5 2012	18,90	2017
LER 2010	167,70	2018
LEN A-3 2011	218,40	2018
LER 2014 - eólico	43,50	2018
LER 2014 - solar (1)	53,50	2018
LER 2013	159,00	2019
PPA Cemig (2)	676,20	2019
LEN A-5 2013	355,50	2020
LEN A-5 2014	108,00	2020

(1) Considera 50% do PPA, em função da Joint Venture com a SunEdison

(2) Considera 100% do PPA Cemig, uma vez que a Cemig não exerceu seu direito para aquisição de 50% do ativo

(ii) Contrato de opção por meio do qual a TerraForm Global terá, até 31 de dezembro de 2016, uma opção de compra e preferência na aquisição dos projetos de energia renovável em desenvolvimento e a serem desenvolvidos pela Companhia que vierem a vender energia em contratos de longo prazo. A quantidade de ações da TerraForm Global a ser recebida pela Renova será determinada com base num múltiplo do caixa disponível para distribuição do respectivo projeto nos anos seguintes à transferência, conforme metodologia acordada entre as partes. Após esse prazo, as partes irão negociar nova mecânica da opção de compra e preferência na aquisição dos projetos, visando refletir as condições de mercado e a competitividade da Renova.

Também foi acordado que, observadas determinadas condições do contrato, a Renova terá direito de indicar um membro do conselho de administração da TerraForm Global.

Condições Precedentes para o Fechamento da Operação

A consumação das duas fases da Operação descritas acima, está sujeita a uma série de condições suspensivas, incluindo a realização do IPO da TerraForm Global, com conclusão prevista para agosto de 2015, e a obtenção de consentimento de terceiros e aprovações regulatórias, incluindo ANEEL e Eletrobrás.

12. IMOBILIZADO

	30/09/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	9.361.008	(6.228.573)	3.132.435	16.455.764	(11.807.745)	4.648.019
Terrenos	281.942	(7.141)	274.801	375.841	(9.151)	366.690
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.591.763	(2.916.965)	1.674.798	7.166.711	(5.113.666)	2.053.045
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.498.189	(1.105.670)	392.519	2.055.303	(1.503.526)	551.777
Máquinas e Equipamentos	2.947.359	(2.166.995)	780.364	6.814.701	(5.151.026)	1.663.675
Veículos	28.413	(21.673)	6.740	28.814	(19.580)	9.234
Móveis e Utensílios	13.342	(10.129)	3.213	14.394	(10.796)	3.598
Em Curso	164.909	-	164.909	201.619	-	201.619
Ativos em Formação	164.909	-	164.909	201.619	-	201.619
Imobilizado Líquido	9.525.917	(6.228.573)	3.297.344	16.657.383	(11.807.745)	4.849.638

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Capitalização/Transferência	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Indenização Usinas não Renovadas	Transferência para Outros Ativos LP	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2015
Em Serviço	4.648.019	39.240	36.124	(628.319)	(542.666)	(200.570)	(22.287)	(197.106)	3.132.435
Terrenos	366.690	1.366	3.768	(40.796)	(16.277)	(16.575)	(20.787)	(2.588)	274.801
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.053.045	19.070	5.612	(163.123)	(43.915)	(101.988)	-	(93.903)	1.674.798
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	551.777	3.829	402	(115.659)	(16.633)	(12.953)	(670)	(17.574)	392.519
Máquinas e Equipamentos	1.663.675	14.969	26.340	(308.207)	(465.841)	(69.054)	(830)	(80.688)	780.364
Veículos	9.234	-	-	(335)	-	-	-	(2.159)	6.740
Móveis e Utensílios	3.598	6	2	(199)	-	-	-	(194)	3.213
Em Curso	201.619	27.291	(33.607)	(3.077)	(3.701)	(19.299)	(4.317)	-	164.909
Imobilizado Líquido	4.849.638	66.531	2.517	(631.396)	(546.367)	(219.869)	(26.604)	(197.106)	3.297.344

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Capitalização/Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2014
Em Serviço	4.929.532	-	6.989	(1.584)	(209.689)	4.725.248
Terrenos	371.436	-	-	-	(3.603)	367.833
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.178.069	-	(57)	-	(91.035)	2.086.977
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	573.857	-	776	-	(15.509)	559.124
Máquinas e Equipamentos	1.792.949	-	6.185	(1.556)	(97.395)	1.700.183
Veículos	11.946	-	2	(26)	(2.019)	9.903
Móveis e Utensílios	1.275	-	83	(2)	(128)	1.228
Em Curso	208.160	41.803	(6.677)	(18.248)	-	225.038
Imobilizado Líquido	5.137.692	41.803	312	(19.832)	(209.689)	4.950.286

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos

ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Financeiro os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Mais informações na nota explicativa nº 10.

Consórcios

A Companhia participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica para a usina de Queimado, para a qual não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os investimentos acumulados são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/09/2015	31/12/2014
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	-	-	38.917
Usina Igarapava	14,5	-	-	58.638
Usina de Funil	49	-	-	183.446
Usina de Queimado	82,5	4	212.544	212.531
Usina de Aimorés	49	-	-	548.781
Depreciação acumulada			(70.006)	(295.704)
Total em operação			142.538	746.609
Em curso				
Usina de Queimado	82,5		2.745	1.704
Usina de Funil	49		-	73
Usina de Aimorés	49		-	416
Usina Igarapava	14,5		-	56
Usina Porto Estrela	33,33		-	8
Total em construção			2.745	2.257

A participação remanescente no consórcio, de 17,5%, é da Companhia Energética de Brasília – CEB.

A Companhia transferiu para a empresa Aliança Geração de Energia os saldos referentes as suas participações nos consórcios de Porto Estrela, Funil, Aimorés e Igarapava, conforme destacado na Nota 11- Investimentos.

Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, por meio de Despacho, em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegurava que a Cemig GT permaneceria no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído a o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (“MME”) que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2. Até a data da publicação destas Informações Contábeis Intermediárias, esse acórdão ainda não havia sido publicado, sendo certo que a Companhia não foi intimada dessa decisão

Em 22 de julho de 2015 a Companhia ajuizou medida cautelar com pedido liminar, perante a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de imprimir efeito suspensivo a embargos declaratórios e recurso ordinário que serão interpostos em face do acórdão a ser publicado pela 1ª Seção do STJ. No dia 8 de setembro de 2015 foi publicada decisão que indeferiu o pedido liminar realizado pela Companhia nos autos da Medida Cautelar.

A Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguará, sob as bases iniciais do

contrato de concessão. O processo encontra-se concluso para o Ministro Dias Toffoli que, por meio de Despacho, solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da ação cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 4 de novembro de 2015.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu, durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig GT não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio de Despacho MME, s/nº, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME, com pedido de reconsideração, requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança, perante o STJ, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador

de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão com base na Cláusula 4ª do Contrato nº 007/1997.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança nº 20.432/DF (referente à UHE Jaguará), ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do MS nº 20.432/DF pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 21.465/DF, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da UHE São Simão, sob as bases iniciais do Contrato nº 007/1997.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT (Ofício nº 238/2015-SPE-MME) para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, até que seja julgado definitivamente este mandado de segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi recebido Ofício nº 285/2015-SPE-MME, por meio do qual foi informado que o Ministério das Minas e Energia tomará as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da usina de São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em “permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão”, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da UHE São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança (MS 22.032/DF) em face do Exmo. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da usina de São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança 21.465/DF seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da usina de São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado.

13. INTANGÍVEL

A taxa de amortização média anual é de 20,0%, considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	30/09/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	84.244	(55.909)	28.335	99.716	(59.255)	40.461
Servidão	11.152	(1.016)	10.136	13.467	(1.957)	11.510
Concessão Onerosa	19.169	(9.724)	9.445	34.649	(14.757)	19.892
Outros	53.923	(45.169)	8.754	51.600	(42.541)	9.059
Em Curso	6.055	-	6.055	9.935	-	9.935
Ativos em formação	6.055	-	6.055	9.935	-	9.935
Intangível Líquido	90.299	(55.909)	34.390	109.651	(59.255)	50.396

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	31/12/2014	Adição	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Indenização Usinas não Renovadas	Amortização	Capitalização/ Transferência	30/09/2015
Em Serviço	40.461	3.874	(13.719)	-	(43)	(5.066)	2.828	28.335
Servidão	11.510	54	(1.202)	-	(43)	(205)	22	10.136
Concessão Onerosa	19.892	3.820	(12.517)	-	-	(1.750)	-	9.445
Outros	9.059	-	-	-	-	(3.111)	2.806	8.754
Em Curso	9.935	2.704	-	(1.366)	-	-	(5.218)	6.055
Ativos em formação	9.935	2.704	-	(1.366)	-	-	(5.218)	6.055
Total	50.396	6.578	(13.719)	(1.366)	(43)	(5.066)	(2.390)	34.390

	31/12/2013	Adição	Amortização	Capitalização / Transferência	30/09/2014
Em Serviço	45.409	-	(5.693)	2.238	41.954
Servidão	12.087	-	(479)	62	11.670
Concessão Onerosa	23.385	-	(2.620)	-	20.765
Outros	9.937	-	(2.594)	2.176	9.519
Em Curso	7.867	3.037	-	(2.175)	8.729
Ativos em formação	7.867	3.037	-	(2.175)	8.729
Total	53.276	3.037	(5.693)	63	50.683

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	30/09/2015	31/12/2014
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	272.419	225.112
Materiais e Serviços	31.956	83.898
	304.375	309.010
Circulante	304.375	309.010

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	42.097	38.226
PASEP	4.018	5.802
COFINS	18.756	26.727
INSS	3.560	4.351
ISSQN	871	1.086
Outros	8.172	8.045
	77.474	84.237
Não Circulante		
PASEP	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175
	101.233	101.233
	178.707	185.470

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante são divulgados na Nota Explicativa nº 7 das Informações Contábeis Intermediárias.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/09/2015						31/12/2014
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2024	1,78%	Euro	1.587	12.943	14.530	10.526
Dívida em Moeda Estrangeira				1.587	12.943	14.530	10.526
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10% do CDI	R\$	594.000	360.000	954.000	918.828
BNDES	2026	TJLP + 2,34%	R\$	7.917	75.125	83.042	88.667
Nota Promissória – 5ª emissão	2015	106,85% do CDI	R\$	-	-	-	1.483.984
FINEP	2018	TJLP + 5% e TJLP + 8%	R\$	3.169	6.277	9.446	12.095
Banco do Brasil S.A.	2017	108% do CDI	R\$	173.394	294.900	468.294	450.569
Consórcio Pipoca (2)	2015	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				778.665	736.302	1.514.967	2.954.328
Total de Empréstimos e Financiamentos				780.252	749.245	1.529.497	2.964.854
Debêntures							
Debêntures (1) – 2ª série – 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68%	R\$	-	-	-	554.158
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R\$	41.220	479.982	521.202	528.866
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R\$	9.264	254.241	263.505	248.272
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R\$	32.073	851.641	883.714	833.042
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85%	R\$	52.479	500.000	552.479	501.172
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R\$	159.991	1.400.000	1.559.991	1.406.336
Debêntures (1) – 1ª série – 6ª Emissão	2018	CDI*1,60%	R\$	29.381	969.558	998.939	-
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R\$	431	27.397	27.828	-
Total de Debêntures				324.839	4.482.819	4.807.658	4.071.846
Total Geral Consolidado				1.105.091	5.232.064	6.337.155	7.036.700

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
 (2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Indexadores									
IPCA (1)	42.013	(78)	(78)	127.256	140.652	295.219	281.502	288.746	1.175.232
CDI (2)	1.051.837	1.005.616	1.812.035	1.185.417	-	-	-	-	5.054.905
TJLP (3)	2.998	10.781	10.774	10.001	7.639	7.639	7.639	35.017	92.488
Euro	825	1.523	1.523	1.523	1.523	1.523	1.523	4.567	14.530
Total	1.097.673	1.017.842	1.824.254	1.324.197	149.814	304.381	290.664	328.330	6.337.155

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
 (2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
 (3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/09/2015	30/09/2014	Indexador	30/09/2015	30/09/2014
Euro	37,43	(4,06)	IPCA	7,64	4,61
			CDI	9,55	7,83

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.036.700
Empréstimos Obtidos	1.600.000
Custos de Captação	(11.794)
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	1.588.206
Variação Monetária e Cambial	86.824
Encargos Financeiros Provisonados	573.543
Encargos Financeiros Pagos	(421.014)
Amortização de Financiamentos	(2.527.104)
Saldo em 30 de setembro de 2015	6.337.155

Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.092.806
Empréstimos Obtidos	1.918.769
Variação monetária e cambial	71.599
Encargos financeiros provisionados	313.675
Encargos Financeiros Pagos	(254.525)
Amortização de financiamentos	(482.761)
Saldo em 30 de setembro de 2014	5.659.563

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a setembro de 2015.

Captações de Recursos

As captações de recursos em 2015 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil	2015	106,90% do CDI	593.706
Debêntures 6ª emissão 1ª série	2018	CDI*1,60%	967.400
Debêntures 6ª emissão 2ª série	2020	IPCA + 8,07%	27.100
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação			1.588.206

Garantias

Em 30 de setembro de 2015 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/09/2015
Nota Promissória e Aval	6.313.179
Recebíveis	9.446
Sem Garantia	14.530
TOTAL	6.337.155

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 30 de setembro de 2015, possuem as seguintes características:

	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Saldo em 30/09/2015	Saldo em 31/12/2014
2ª Série – 2ª Emissão	2015	Não há	IPCA + 7,68%	-	554.158
1ª Série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	521.202	528.866
2ª Série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	263.505	248.272
3ª Série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	883.714	833.042
4ª Emissão	2016	Quirografária	CDI + 0,85%	552.479	501.172
5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 0,70%	1.559.991	1.406.336
1ª Série – 6ª Emissão	2018	Quirografária	CDI*1,60%	998.939	-
2ª Série – 6ª Emissão	2020	Quirografária	IPCA + 8,07%	27.828	-
TOTAL				4.807.658	4.071.846

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria.

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenants”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

Emissão de Debêntures

Em 15 de julho de 2015, a Companhia concluiu a sua 6ª Emissão Pública de Debêntures, com esforços restritos de distribuição, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, totalizando R\$ 1.000.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para pagamento de dívidas e/ou à recomposição de caixa em função de pagamento de dívidas.

As debêntures da 1ª série têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2018, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 1,60% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal em duas parcelas consecutivas,

sendo a primeira devida em 15 de julho de 2017 e a segunda devida em 10 de julho de 2018.

As debêntures da 2ª série têm prazo de cinco anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2020, correção monetária pelo IPCA e pagam juros remuneratórios correspondentes a 8,07% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal, bem como da atualização monetária, em duas parcelas consecutivas, sendo a primeira devida em 15 de julho de 2019 e a segunda devida em 10 de julho de 2020.

A 6ª Emissão Pública de Debêntures da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão – RGR	2.439	12.898
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.307	3.255
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.641	2.067
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	4.089	4.118
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.934	4.160
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	100.731	70.837
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.606	2.219
	120.747	99.554
Passivo Circulante	41.534	45.727
Passivo Não Circulante	79.213	53.827

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	180.924	235.675	6.394	158.605	581.598
Despesa reconhecida no resultado	22.072	22.508	616	14.792	59.988
Contribuições Pagas	(19.574)	(12.064)	(355)	(2.178)	(34.171)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2015	183.422	246.119	6.655	171.219	607.415
				30/09/2015	31/12/2014
Passivo Circulante				37.088	34.615
Passivo Não Circulante				570.327	546.983

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	182.791	225.949	6.425	140.078	555.243
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	17.016	22.034	627	13.456	53.133
Contribuições Pagas	(18.083)	(11.454)	(350)	(2.188)	(32.075)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2014	181.724	236.529	6.702	151.346	576.301
Passivo Circulante 30 de setembro de 2014					33.828
Passivo Não Circulante 30 de setembro de 2014					542.473

Os valores registrados no Circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/09/2015
Trabalhistas	54.482	12.118	-	(1.421)	65.179
Cíveis	93	204	-	(7)	290
Tributárias	3.652	1.596	-	(9)	5.239
Ambientais	851	42	(893)	-	-
Regulatórias	1.446	1.056	(1.406)	(168)	928
Outras	32.220	168	(8.602)	(168)	23.618
Total	92.744	15.184	(10.901)	(1.773)	95.254

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/09/2014
Trabalhistas	21.047	5.541	(1.415)	(1.306)	23.867
Cíveis	20	90	(20)	-	90
Tributárias	13.180	16.326	-	(12.802)	16.704
Ambientais	860	-	(832)	-	28
Regulatórias	2	9	-	-	11
Outras	21.515	3.321	(288)	(450)	24.098
Total	56.624	25.287	(2.555)	(14.558)	64.798

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$149.950 (R\$112.049 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$65.179 (R\$54.482 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$33.427 (R\$30.579 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$91.047 (R\$78.473 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$5.239 (R\$3.652 em 31 de

dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$18.691 (R\$18.685 em 31 de dezembro de 2014), para os quais não há saldo provisionado em 30 de setembro de 2015 (R\$851 em 31 de dezembro de 2014).

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$15.418 (R\$13.267 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$928 (R\$1.446 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$22.203 (R\$23.745 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$45.925 (R\$26.399 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$1.415 foram provisionados (R\$8.475 em 31 de dezembro de 2014). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$60.642 (R\$56.386 em 31 de dezembro de 2014) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$213.391 (R\$196.281 em 31 de dezembro de 2014). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$266.680 (R\$250.154 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada como possível. A Administração acredita ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$27.631 (R\$25.535 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$222.399 (R\$195.470 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$148.075 (R\$126.893 em 31 de dezembro de 2014). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como possível.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$298.701 (R\$253.706 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos, assim, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível, e o valor da contingência é de R\$94.172 (R\$76.844 em 31 de dezembro de 2014).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código

florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$36.223 (R\$23.864 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$20.055 (R\$18.508 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$11.538, e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Aumento do Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral a Companhia Energética de Minas Gerais, para R\$1.837.710, sem emissão de novas ações, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais. Este aumento decorre da aprovação da incorporação da Cemig Capim Branco pela Cemig GT.

Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2015	30/09/2014
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.851.443	1.542.587
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$)	0,6391	0,5325

	Jul a Set/15	Jul a Set/14
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	66.255	(268.270)
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$)	0,0229	(0,0926)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	4.547.214	4.133.974
Receita de Transmissão – com impostos (b)	242.086	218.669
Receita de Construção (c)	88.732	48.011
Receita de Indenização da Transmissão (d)	60.549	63.315
Transações com energia na CCEE (e)	1.820.222	2.219.462
Outras receitas operacionais	13.801	15.131
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(1.120.366)	(1.097.379)
	5.652.238	5.601.183

	Jul a Set/15	Jul a Set/14 Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.300.305	1.388.861
Receita de Transmissão – com impostos (b)	80.482	81.848
Receita de Construção (c)	32.474	10.919
Receita de Indenização da Transmissão (d)	5.677	-
Transações com energia na CCEE (e)	120.663	2.226
Outras receitas operacionais	4.687	3.436
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(313.418)	(340.524)
	1.230.870	1.146.766

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Industrial	13.897.908	15.586.460	2.701.841	2.615.710
Comercial	273.694	240.536	66.053	54.658
Subtotal	14.171.602	15.826.996	2.767.894	2.670.368
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	5.725	90.071
	14.171.602	15.826.996	2.773.619	2.760.439
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	9.212.075	10.164.570	1.935.272	1.404.635
Suprimento não Faturado Líquido	-	-	(161.677)	(31.100)
	23.383.677	25.991.566	4.547.214	4.133.974

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/15	Jul a Set/14	Jul a Set/15	Jul a Set/14 Reclassificado
Industrial	4.557.126	5.437.628	913.377	889.631
Comercial	88.010	78.883	21.462	18.058
Subtotal	4.645.136	5.516.511	934.839	907.689
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	8.200	(13.299)
	4.645.136	5.516.511	943.039	894.390
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	2.091.200	3.029.329	427.143	456.071
Suprimento não Faturado Líquido	-	-	(69.877)	38.400
	6.736.336	8.545.840	1.300.305	1.388.861

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

(c) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período.

(d) Receita de Indenização da Transmissão

Em 2015 a Companhia registrou, em seu resultado, uma receita no valor de R\$60.549 referente à atualização pelo IGP-M, até 30 de setembro de 2015, do valor do Laudo de Indenização preliminar.

(e) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

A Companhia obteve liminar para impedir o ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) em razão dos atuais baixos valores do GSF (Generation Scaling Factor). Mais detalhes podem ser verificados na nota explicativa nº 5.

(f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	422.511	388.297
COFINS	415.119	395.768
PIS-PASEP	90.101	85.893
ISSQN	519	801
	928.250	870.759
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	10.979	29.596
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e PROINFA	35.831	34.532
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	22.041	22.248
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	22.041	22.306
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	11.021	11.209
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	17.124	15.277
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	73.079	91.452
	192.116	226.620
	1.120.366	1.097.379

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Pessoal (a)	238.054	221.309
Participação dos Empregados no Resultado	52.427	43.091
Obrigações Pós-Emprego	37.916	36.117
Materiais	13.012	11.459
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	81.503	203.342
Serviços de Terceiros (b)	96.389	108.977
Depreciação e Amortização	202.114	218.363
Provisões Operacionais	56.073	31.438
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	217.795	200.542
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.980.291	1.277.766
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	88.732	48.011
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	54.002	74.456
	3.118.308	2.474.871

	Jul a Set/15	Jul a Set/14 Reclassificado
Pessoal (a)	76.936	73.906
Participação dos Empregados no Resultado	14.610	12.978
Obrigações Pós-Emprego	12.639	12.039
Materiais	5.407	4.765
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	6.532	77.709
Serviços de Terceiros (b)	32.107	41.711
Depreciação e Amortização	58.028	78.634
Provisões Operacionais	14.200	23.165
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	74.235	69.419
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	747.502	510.976
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	32.474	10.919
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	22.943	42.999
	1.097.613	959.220

a) Despesa com Pessoal	30/09/2015	30/09/2014
Remunerações e Encargos	204.591	189.110
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	14.719	13.785
Benefícios Assistenciais	22.466	21.644
	241.776	224.539
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(4.927)	(3.635)
Provisão Prêmio Aposentadoria	1.205	405
	238.054	221.309

a) Despesa com Pessoal	Jul a Set/15	Jul a Set/14
Remunerações e Encargos	66.488	61.182
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.888	4.420
Benefícios Assistenciais	7.596	7.245
	78.972	72.847
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo (reversão)	(2.127)	697
Provisão Prêmio Aposentadoria	91	362
	76.936	73.906

b) Serviços de Terceiros	30/09/2015	30/09/2014
Comunicação	4.541	4.034
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	13.766	20.616
Conservação e Limpeza de Prédios	18.909	17.394
Mão de Obra Contratada	62	985
Fretes e Passagens	2.543	2.833
Hospedagem e Alimentação	3.465	3.920
Vigilância	10.885	9.612
Consultoria	2.131	2.219
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	2.161	4.591
Manutenção e Conservação de Veículos	2.534	3.126
Energia Elétrica	2.083	1.612
Meio Ambiente	12.067	15.938
Limpeza de Faixas	1.361	2.238
Serviços de Reprografia	1.043	956
Serviços advocatícios e Custas Processuais	3.149	3.548
Outros	15.689	15.355
	96.389	108.977

b) Serviços de Terceiros	Jul a Set/15	Jul a Set/14
Comunicação	1.329	1.465
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	4.676	7.942
Conservação e Limpeza de Prédios	6.924	5.933
Mão de Obra Contratada (recuperação de despesas)	(220)	282
Fretes e Passagens	1.025	966
Hospedagem e Alimentação	1.234	1.355
Vigilância	3.911	3.496
Consultoria	1.212	700
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.170	3.034
Manutenção e Conservação de Veículos	842	992
Energia Elétrica	786	520
Meio Ambiente	2.765	6.235
Limpeza de Faixas	371	569
Serviços de Reprografia	392	405
Serviços advocatícios e Custas Processuais	987	899
Outros	4.703	6.918
	32.107	41.711

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/09/2015	30/09/2014
Energia Elétrica de Curto Prazo	10.699	69.353
Energia Adquirida no Ambiente Livre	2.110.551	1.294.615
Créditos de PASEP/COFINS	(140.959)	(86.202)
	1.980.291	1.277.766

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Jul a Set/15	Jul a Set/14
Energia Elétrica de Curto Prazo	42.999	69.300
Energia Adquirida no Ambiente Livre	765.970	482.348
Créditos de PASEP/COFINS	(61.467)	(40.672)
	747.502	510.976

Em função da redução da capacidade de geração de energia, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas, a Companhia aumentou o volume de compra de energia no mercado livre visando dispor da quantidade necessária para atendimento aos contratos previamente firmados.

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal	455	609
Materiais	52.850	22.140
Serviços de Terceiros	34.085	22.675
Outros	1.342	2.587
	88.732	48.011

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Pessoal	315	206
Materiais	11.236	4.931
Serviços de Terceiros	20.458	4.459
Outros	465	1.323
	32.474	10.919

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/09/2015	30/09/2014
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	76.991	93.549
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	6.368	9.083
Variação Monetária	6.359	6.928
Ajuste a Valor Presente	873	-
Rendas de Adiantamento a Fornecedores	8.149	-
PASEP/COFINS s/ Receitas Financeiras	(2.131)	-
Outras	9.753	8.681
	106.362	118.241
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(573.543)	(314.069)
Variação Monetária – Forluz	(22.072)	(17.016)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(82.436)	(71.419)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(9.064)	(8.133)
Variações Monetárias	(7.320)	(4.869)
Variações Cambiais	(3.950)	-
Ajuste a Valor Presente	-	(8.881)
Outras	(26.475)	(4.730)
	(724.860)	(429.117)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(618.498)	(310.876)

	Jul a Set/15	Jul a Set/14
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	33.242	27.944
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.590	2.081
Variação Monetária	2.298	2.188
Ajuste a Valor Presente	(234)	-
Rendas de Adiantamentos a Fornecedores	8.149	-
PASEP/COFINS s/ Receitas Financeiras	(2.131)	-
Outras	(454)	4.302
	43.460	36.515
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(201.549)	(139.143)
Variação Monetária – Forluz	(5.714)	(3.893)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(15.436)	(275)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(2.242)	2.902
Variações Monetárias	(2.833)	(1.839)
Variações Cambiais	(3.179)	(184)
Ajuste a Valor Presente	-	(9.967)
Outras	(13.920)	(1.841)
	(244.873)	(154.240)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(201.413)	(117.725)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	276	-	-	-	(1.499)
Controlada em conjunto								
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.576	20.183	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.246	-	-	-	(7.107)	-
Light Ger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(13.058)	(8.146)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(410.088)	(70.229)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	82.816	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	1.336	1.620	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	12.560	11.988	3.066	2.773	201.822	93.658	(29.186)	(26.569)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	110	2.319	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.275	-	-	-	(8.446)	(1.839)
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	423.643	679.213	-	-	33.394	54.105	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	5.040	10.283	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Debêntures (3)								
Debêntures (3)	-	-	-	-	-	-	-	(3.858)
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	495	230	405	132	38.220	6.752	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.530	1.570	-	-	(23.119)	(9.975)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	16.548	14.681	-	-	(22.072)	(17.016)
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(14.719)	(13.785)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(3.875)	(3.766)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	332	308	-	-	(2.942)	(3.367)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	166.873	166.243	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	17.681	17.066	-	-	(23.125)	(22.661)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	235.094	225.003	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da

operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;

(3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé.

(4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);

(5) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;

(7) Aluguel do edifício sede;

(8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18);

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 5, 14 e 22.

Adiantamento de entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)

A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) realizou, em 06 de fevereiro de 2015, adiantamento de entrega futura de energia elétrica no montante de R\$74.667, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 130% do CDI e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA em função do suprimento de energia.

O valor atualizado em 30 de setembro de 2015 é de R\$82.816, com previsão contratual para compensação integral deste saldo com os faturamentos pela SAESA até março de 2016.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2015, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig GT de 22,00% no fundo de investimento, em 30 de setembro de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig GT 22,00%
Axiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	2.320
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	11.645
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	2.212
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	11.351
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	5.041
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	6.302
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.225
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	1.251
Cemig Telecom	Nota de Crédito	110,40% do CDI	14/12/2015	1.176
				43.523

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela Cemig.

	30/09/2015	30/09/2014
Remuneração	9.553	6.418
Participação nos Resultados	2.323	1.775
Benefícios Pós Emprego	552	619
Benefícios Assistenciais	222	217
Total	12.650	9.029

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar, fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96%, CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.
- Passivos financeiros referentes a opções de venda: São mensurados pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessa opção pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Bancos	2.317	2.317	5.273	5.273
Equivalentes de Caixa - Aplicações	631.523	631.523	285.276	285.276
Fundos Vinculados	14	14	38	38
Consumidores e Revendedores	560.939	560.939	649.571	649.571
Concessionários - Transporte de Energia	32.564	32.564	37.655	37.655
Ativos Financeiros da Concessão	1.560.560	1.560.560	953.601	953.601
	2.787.917	2.787.917	1.931.414	1.931.414
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	324.352	323.973	69.648	69.125
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	253.426	253.426	541.389	541.389
Passivos Financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda SAAG	81.346	81.346	29.028	29.028
Fornecedores	304.375	304.375	309.010	309.010
Concessões a Pagar	20.860	21.953	170.880	213.467
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.337.155	6.328.775	7.036.700	7.028.499
Dívida Pactuada com Forluz	183.422	183.421	180.924	180.924
	6.845.812	6.838.524	7.697.514	7.731.900

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	30/09/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	631.523	285.276
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	577.778	611.037
Fundos Vinculados	14	38
	<u>1.209.315</u>	<u>896.351</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 16)	(5.054.905)	(5.289.762)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 16)	(92.488)	(100.762)
	<u>(5.147.393)</u>	<u>(5.390.524)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(3.938.078)</u>	<u>(4.494.173)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2016, as taxas SELIC e TJLP serão de 13,75% e 7,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/09/2015	30 de setembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 13,75% TJLP 7,00%	Cenário SELIC 17,19% TJLP 8,75%	Cenário SELIC 20,63% TJLP 10,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	631.523	718.357	740.082	761.806
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	577.778	657.222	677.098	696.974
Fundos Vinculados	14	16	16	17
	1.209.315	1.375.595	1.417.196	1.458.797
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 16)	(5.054.905)	(5.749.954)	(5.923.843)	(6.097.732)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 16)	(92.488)	(98.962)	(100.581)	(102.199)
	(5.147.393)	(5.848.916)	(6.024.424)	(6.199.931)
Passivo Líquido Exposto	(3.938.078)	(4.473.321)	(4.607.228)	(4.741.134)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(535.243)	(669.150)	(803.056)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação em 30 de setembro de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	30/09/2015	31/12/2014
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(1.175.232)	(1.635.650)
(-) Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 10)	1.014.150	953.601
Passivo Líquido Exposto	(161.082)	(682.049)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2016, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,82% e 5,90%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2015	30 de setembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 6,82% IGP-M 5,90%	Cenário IPCA 8,53% IGP-M 7,38%	Cenário IPCA 10,23% IGP-M 8,85%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - IPCA (nota 16)	(1.175.232)	(1.255.383)	(1.275.479)	(1.295.458)
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M	1.014.150	1.073.985	1.088.994	1.103.902
	(161.082)	(181.398)	(186.485)	(191.556)
Efeito Líquido da Variação da inflação		(20.316)	(25.403)	(30.474)

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações. Alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita e conjuntamente na geração de caixa caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	296.638	7.737	-	-	-	304.375
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	761.351	304.639	352.636	5.980.707	920.962	8.320.295
Concessões a pagar	218	645	1.736	8.980	13.725	25.304
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.241	6.856	18.840	126.940	140.310	295.187
	1.060.448	319.877	373.212	6.116.627	1.074.997	8.945.161

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 30 de setembro de 2015, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.175.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) de certificação anual, que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a Cemig GT a providenciar, em até 6 meses contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2015	31/12/2014
Total do Passivo	8.287.777	8.891.426
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3)	(633.840)	(290.549)
Passivo Líquido	7.653.937	8.600.877
Total do Patrimônio Líquido	5.475.763	3.486.610
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,40	2,47

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/09/2015	Valor justo em 30 de setembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	360.498	-	360.498	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	134.296	-	134.296	-
Letras Financeiras do Tesouro	33.550	33.550	-	-
Debêntures	48.892	-	48.892	-
Outros	542	-	542	-
	577.778	33.550	544.228	-
Passivos				
Opções de venda SAAG	(81.346)	-	-	(81.346)
	496.432	33.550	544.228	(81.346)

Metodologia de cálculo do valor justo

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo da opção da SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios da Companhia. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data destas Informações Contábeis Intermediárias, à taxa de 8% ao ano.

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2015 e 2014 estão apresentados, de forma consolidada, nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	30 de setembro 2015		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	12.052.969	1.710.571	13.763.540
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.731.112	-	5.731.112
ADIÇÕES AO SEGMENTO	480.743	88.732	569.475
RECEITA LÍQUIDA	5.303.457	348.781	5.652.238
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.980.291)	-	(1.980.291)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(217.581)	(214)	(217.795)
	(2.197.872)	(214)	(2.198.086)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(156.859)	(81.195)	(238.054)
Participação dos Empregados no Resultado	(34.320)	(18.107)	(52.427)
Obrigações Pós Emprego	(25.647)	(12.269)	(37.916)
Materiais	(8.966)	(4.046)	(13.012)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(81.503)	-	(81.503)
Serviços de Terceiros	(73.082)	(23.307)	(96.389)
Depreciação e Amortização	(202.114)	-	(202.114)
Provisões (Reversões)	(55.069)	(1.004)	(56.073)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(88.732)	(88.732)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(41.688)	(12.314)	(54.002)
	(679.248)	(240.974)	(920.222)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.877.120)	(241.188)	(3.118.308)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.763)	-	(9.763)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	729.442	-	729.442
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	3.146.016	107.593	3.253.609
Receitas Financeiras	87.307	19.055	106.362
Despesas Financeiras	(718.653)	(6.207)	(724.860)
Resultado antes do IR e CSLL	2.514.670	120.441	2.635.111
Imposto de Renda e Contribuição Social	(734.392)	(49.276)	(783.668)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.780.278	71.165	1.851.443

DESCRIÇÃO	30 de setembro de 2014 - Reclassificado		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	10.321.627	1.098.741	11.420.368
ADIÇÕES AO SEGMENTO	2.761.017	48.011	2.809.028
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.336.606	264.577	5.601.183
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.277.766)	-	(1.277.766)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(200.334)	(208)	(200.542)
	(1.478.100)	(208)	(1.478.308)
OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(145.422)	(75.887)	(221.309)
Participação dos Empregados	(29.991)	(13.100)	(43.091)
Obrigação Pós Emprego	(25.818)	(10.299)	(36.117)
Material	(7.546)	(3.913)	(11.459)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(203.342)	-	(203.342)
Serviços de Terceiros	(82.377)	(26.600)	(108.977)
Depreciação e Amortização	(218.363)	-	(218.363)
Provisões	(21.881)	(9.557)	(31.438)
Custo de Construção	-	(48.011)	(48.011)
Outras	(53.275)	(21.181)	(74.456)
	(788.015)	(208.548)	(996.563)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.266.115)	(208.756)	(2.474.871)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(327.284)	-	(327.284)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	2.743.207	55.821	2.799.028
Receitas Financeiras	82.093	36.148	118.241
Despesas Financeiras	(240.328)	(188.789)	(429.117)
Resultado antes do IR e CSLL	2.584.972	(96.820)	2.488.152
Imposto de Renda e Contribuição Social	(978.082)	32.517	(945.565)
RESULTADO DO PERÍODO	1.606.890	(64.303)	1.542.587

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/09/2015	30/09/2014
Ativos aportados na Aliança Geração de Energia S.A.	581.114	-
Aporte de Capital na Amazônia Energia	36.393	-
Aporte de Capital na Aliança Norte	22.738	-
Receita de construção	88.732	48.011
	728.977	48.011

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Assinatura do Contrato de Concessão pelo Consórcio UHE Itaocara

Em 23 de outubro de 2015 o Consórcio UHE Itaocara, constituído por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. e por Itaocara Energia Ltda., subsidiária integral da Light S.A., assinou o contrato de concessão da UHE Itaocara I. A primeira unidade geradora tem previsão de entrar em operação em maio de 2018, enquanto a previsão da última é julho de 2018.

Renovação de operações de crédito

Em outubro de 2015, a Companhia prorrogou parte de sua dívida com a renovação de operações de crédito, por meio de aditivos a Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e Contratos de Abertura de Crédito Fixo (CACFs), no valor total de R\$669,1 milhões, contratadas com o Banco do Brasil S.A. As CCBs, no valor de R\$540 milhões, com vencimento em 24 de outubro de 2015 foram prorrogadas, passando o vencimento final para 24 de outubro de 2018, alterando seus encargos financeiros sobre o saldo devedor de 104,10% do CDI para 112,00% do CDI. A parcela do CACF no valor de R\$33,9 milhões, com vencimento em 26 de outubro de 2015, bem como a parcela do CACF no valor de R\$95,2 milhões, com vencimento em 30 de outubro de 2015, foram postergadas em 1 ano, com vencimentos em 26 e 30 de outubro de 2016, respectivamente, sendo mantidas as taxas de juros de 108,00% do CDI.

Emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 26 de outubro de 2015, a Companhia emitiu, em favor do Banco da Amazônia S.A. (BASA), uma CCB no valor de R\$87 milhões, com remuneração de CDI + 1,90% ao ano e vencimento em 26 de outubro de 2018. Os recursos foram utilizados para o pagamento de juros das dívidas refinanciadas no mês de outubro de 2015. As CCBs foram garantidas pela Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

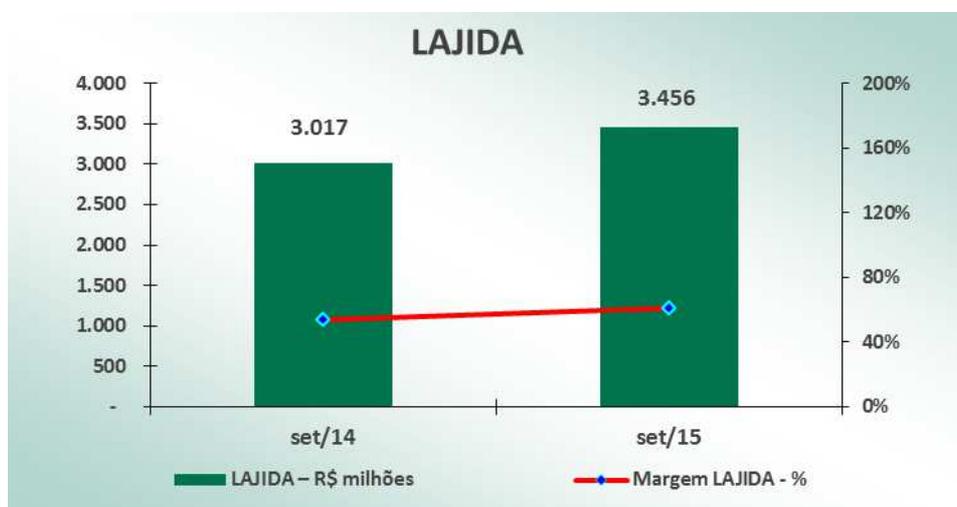
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2015, um resultado de R\$1.851.443, em comparação ao resultado de R\$1.542.587 no mesmo período de 2014, crescimento de 20,02%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2015	30/09/2014	Var %
Resultado do Período	1.851.443	1.542.587	20,02
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	783.668	945.565	(17,12)
+ Resultado Financeiro Líquido	618.498	310.876	98,95
+ Amortização e Depreciação	202.114	218.363	(7,44)
= LAJIDA	3.455.723	3.017.391	14,53



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

No período de janeiro a setembro de 2015 o LAJIDA apresentou aumento de 14,53%, em comparação ao mesmo período de 2014. Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 53,87% para 61,14%.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado	30/09/2015	30/09/2014
Industrial	13.897.908	15.586.460	2.701.841	2.615.710	194,41	167,82
Comercial	273.694	240.536	66.053	54.658	241,34	227,23
Subtotal	14.171.602	15.826.996	2.767.894	2.670.368	195,31	168,72
Fornec. não Faturado, Líquido		-	5.725	90.071	-	-
	14.171.602	15.826.996	2.773.619	2.760.439		
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	9.212.075	10.164.570	1.935.272	1.404.635	210,08	138,19
Suprimento Não faturado	-	-	(161.677)	(31.100)	-	-
	23.383.677	25.991.566	4.547.214	4.133.974	-	-

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.547.214 no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a R\$4.133.974 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 10,00%. Este resultado decorre do aumento de 28,29% no preço médio/MWh faturado compensado, parcialmente, pela redução de 10,03% na quantidade de energia fornecida.

Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, foi de R\$242.086 no período de janeiro a setembro de 2015 comparado a R\$218.669 no mesmo período de 2014, representando aumento de 10,71% devido à atualização pela inflação e a novos investimentos no período, o que gera um incremento na receita.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$1.820.222 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$2.219.462 no mesmo período de 2014, redução de 17,99%. Esta variação negativa decorre, principalmente, da redução de 51,92% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$325,12/MWh em 2015 e R\$676,16/MWh em 2014).

Apesar da redução do GSF (*General Scalling Factor*), a Companhia teve mais energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, o que compensou parcialmente a redução no preço médio de vendas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.120.366 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$1.097.379 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 2,09%. Este aumento é decorrente, basicamente, da maior receita em 2015 sobre a qual os impostos são incidentes.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$3.118.308 no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação com R\$2.474.871 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 26,00%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nos custos e despesas operacionais, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.980.291 no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação com R\$1.277.766 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 54,98%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento de 56,20% no volume de energia comprada em 2015 (11.664.788 MWh) comparado com 2014 (7.468.054 MWh), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$238.054 no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação com R\$221.309 no mesmo período de 2014, representando um crescimento de 7,57%. Essa variação decorre, principalmente, de reajustes salariais, sendo 6,34% em função do Acordo Coletivo do Trabalho em novembro de 2014 e 3,00%, a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial movida por entidades representativas dos empregados da Companhia.

Provisões Operacionais

A despesa com provisões foi de R\$56.073 no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação com R\$31.438 no mesmo período de 2014, representando um crescimento de 78,36% decorrente, principalmente, da constituição de provisão para perda em 2015 nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A., no valor de R\$52.318 em 2015 comparados a R\$8.156 em 2014.

Mais informações na Nota Explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias

Matéria-Prima

A despesa com matéria prima e insumos para produção de energia foi de R\$81.503 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$203.342 no mesmo período de 2014 apresentando uma redução de 59,92%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina em 2015 para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou crescimento de 84,82% no período de janeiro a setembro de 2015, R\$88.732 em 2015 na comparação com R\$48.011 no mesmo período de 2014. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Demais Itens de Custos e Despesas Operacionais

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$673.655 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$693.005 no mesmo período de 2014, apresentando redução de 2,79%.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de Equivalência Patrimonial no período de janeiro a setembro de 2015 foi uma despesa de R\$9.763, comparada a uma despesa de R\$327.284 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, principalmente, dos fatores abaixo:

- Redução do prejuízo da Madeira em R\$276.848 em função das despesas registradas em 2014 referente aquisição de energia na CCEE para cobertura do FID – Fator de Indisponibilidade, relacionado a disponibilidade exigida das máquinas da usina e o GSF baixo. Adicionalmente, em 2014, registrou-se provisão referente a valores a receber do consórcio construtor em função de atraso na entrada em operação comercial das unidades geradores em relação ao cronograma contratado. Esta provisão foi decorrente da nova estimativa de valores a serem recebidos do Consórcio como indenização.;
- ganho de R\$118.946 decorrente, principalmente, da alienação de ativos pela Renova.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, o ganho de R\$729.442 referente a avaliação a valor justo dos ativos da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 11.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$618.498 no período de janeiro a setembro de 2015 comparado a uma despesa financeira líquida de R\$310.876 no mesmo período de 2014, aumento de 98,95%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução na receita de aplicações financeiras: R\$76.991 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$93.549 no mesmo 2014, uma variação negativa de 17,70% em função de menor volume de recursos aplicados;
- reconhecimento de rendas de antecipação de pagamento em 2015, no valor total de R\$8.149, em função de atualização do valor de adiantamento de entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia;
- aumento nos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$573.543 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$314.069 no mesmo período de 2014, aumento de 82,62% decorrente, basicamente, do aumento da dívida indexada ao CDI em 2015 aliado à variação deste indexador em 2015 (9,55%) comparado a 2014 (7,83%);
- aumento da despesa de variação monetária de empréstimo e financiamento: R\$82.436 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$71.419 no mesmo período de 2014, aumento de 15,43% decorrente, principalmente da variação do IPCA, 7,64% em 2015 contra 4,61% de 2014;
- variação líquida do valor de ajuste a valor presente: receita líquida de R\$873 no período de janeiro a setembro de 2015 comparada a uma despesa líquida de R\$8.881 no mesmo período de 2014 em decorrência, principalmente, da transferência da concessão onerosa de Porto Estrela para a Aliança.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$783.668 em relação ao Resultado de R\$2.635.111 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 29,74%. No mesmo período de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$945.565 em relação ao Resultado de R\$2.488.152 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 38,00%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias.

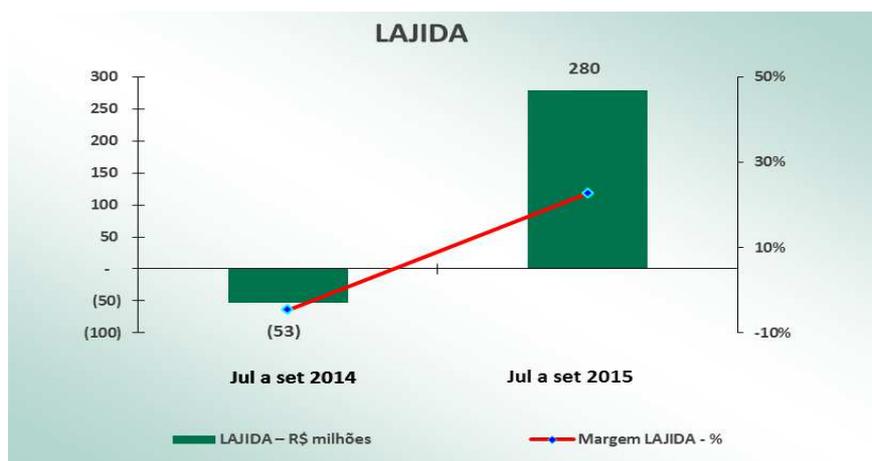
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2015, um resultado líquido de R\$66.255 em comparação ao resultado negativo de R\$268.270 no terceiro trimestre de 2014. As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no terceiro trimestre de 2015 em comparação com o terceiro trimestre de 2014, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Jul a Set/15	Jul a Set/14	Var %
Resultado do Período	66.255	(268.270)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(45.989)	18.623	-
+ Resultado Financeiro Líquido	201.413	117.725	71,09
+ Amortização e Depreciação	58.028	78.634	(26,20)
= LAJIDA	279.707	(53.288)	-



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA, no terceiro trimestre de 2015, apresentou crescimento em comparação ao mesmo período de 2014. Em consonância com o valor do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 4,65% negativos para 22,72% positivos.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	Jul a Set/15	Jul a Set/14	Jul a Set/15	Jul a Set/14 Reclassificado	Jul a Set/15	Jul a Set/14 Reclassificado
Industrial	4.557.126	5.437.628	913.377	889.631	200,43	163,61
Comercial	88.010	78.883	21.462	18.058	243,86	228,92
Subtotal	4.645.136	5.516.511	934.839	907.689	201,25	164,54
Fornec. não Faturado, Líquido	-	-	8.200	(13.299)	-	-
	4.645.136	5.516.511	943.039	894.390	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	2.091.200	3.029.329	427.143	456.071	204,26	150,55
Suprimento Não faturado	-	-	(69.877)	38.400	-	-
	6.736.336	8.545.840	1.300.305	1.388.861	-	-

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

No terceiro trimestre de 2015, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.300.305, apresentando queda de 6,38% em comparação ao montante de R\$1.388.861 apurado no terceiro trimestre de 2014. Esta variação decorre da variação de 26,70% do preço médio/MWh faturado compensado pela redução de 21,17% na quantidade de energia fornecida.

Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, se manteve estável nos períodos em comparação e foi de R\$80.482 no terceiro trimestre de 2015 comparado a R\$81.848 no mesmo período de 2014, redução de 1,67%.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$120.663 no terceiro trimestre de 2015 comparados a R\$2.226 no mesmo período de 2014, apresentando aumento de 5.320,62%. Esta variação decorre, principalmente, da maior disponibilidade de energia para liquidação no mercado atacadista em 2015.

Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Jul a Set/15	Jul a Set/14 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	142.320	138.044
COFINS	104.290	112.736
PIS-PASEP	22.640	24.474
ISSQN	120	204
	269.370	275.458
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	(4.167)	9.565
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e PROINFA	11.821	12.939
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.781	4.673
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.781	4.673
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.391	2.336
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4.773	6.202
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	19.668	24.678
	44.048	65.066
	313.418	340.524

As Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, das evoluções da Receita que compõe a base de cálculo dos impostos.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.097.613, no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$959.220 no terceiro trimestre de 2014, representando um aumento de 14,43%. As principais variações estão relacionadas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$747.502, no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$510.976 no terceiro trimestre de 2014, representando um crescimento de 46,29%. Este resultado decorre, basicamente, do aumento de 49,08% no volume de energia comprada, sendo 3.986.963 MWh no terceiro trimestre de 2015 comparados a 2.674.375 MWh no mesmo período de 2014, em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

A despesa com matéria prima e insumos para produção de energia foi de R\$6.532 no terceiro trimestre de 2015 comparados a R\$77.709 no mesmo período de 2014 apresentando uma redução de 91,59%. Este resultado decorre da paralisação das atividades da Usina Termelétrica de Igarapé no terceiro trimestre de 2015, em função da necessidade de manutenção e instalação de novos equipamentos.

Provisões Operacionais

A despesa com provisões foi de R\$14.200 no terceiro trimestre de 2015 em comparação com R\$23.165 no mesmo período de 2014, representando um redução de 38,70% decorrente, principalmente da constituição, em 2014, de provisões para contingências tributárias relativas à contribuição previdenciária sobre adicional para aposentadoria no valor de R\$12.559.

Mais informações na Nota Explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de Equivalência Patrimonial no terceiro trimestre de 2015 foi uma receita de R\$88.422, comparada a uma despesa de R\$319.468 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, principalmente, dos fatores abaixo:

- Redução do prejuízo da Madeira em R\$276.848 em função das despesas registradas em 2014 referente aquisição de energia na CCEE para cobertura do FID – Fator de Indisponibilidade, relacionado a disponibilidade exigida das máquinas da usina e o GSF baixo. Adicionalmente, em 2014, registrou-se provisão referente a valores a receber do consórcio construtor em função de atraso na entrada em operação comercial das unidades geradores em relação ao cronograma contratado. Esta provisão foi decorrente da nova estimativa de valores a serem recebidos do Consórcio como indenização;
- ganho de R\$118.946 decorrente, principalmente, da alienação de ativos pela Renova.

Resultado Financeiro Líquido

	Jul a Set/15	Jul a Set/14
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	33.242	27.944
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.590	2.081
Variação Monetária	2.298	2.188
Ajuste a Valor Presente	(234)	-
Rendas de Antecipação de Pagamento	8.149	-
PASEP/COFINS s/ Receitas Financeiras	(2.131)	-
Outras	(454)	4.302
	43.460	36.515
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(201.549)	(139.143)
Variação Monetária – Forluz	(5.714)	(3.893)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	(15.436)	(275)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(2.242)	2.902
Variações Monetárias	(2.833)	(1.839)
Variações Cambiais	(3.179)	(184)
Ajuste a Valor Presente	-	(9.967)
Outras	(13.920)	(1.841)
	(244.873)	(154.240)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(201.413)	(117.725)

Na comparação dos valores do terceiro trimestre de 2015 com o terceiro trimestre de 2014, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$201.413 em 2015, comparada a uma despesa líquida de R\$117.725 em 2014, apresentando aumento de 71,09%.

A seguir destaca-se os itens que, individualmente, apresentaram as variações mais relevantes.

- reconhecimento de rendas de antecipação de pagamento no terceiro trimestre de 2015, no valor total de R\$8.149, em função de atualização do valor de adiantamento de entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia;
- redução do resultado líquido de ajuste a valor presente: despesa líquida de R\$234 no terceiro trimestre de 2015 comparado a uma despesa líquida de R\$9.967 no mesmo período de 2014, representando redução de 97,65% decorrente, principalmente, da transferência da concessão onerosa de Porto Estrela para a Aliança;
- Aumento nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$201.549 no terceiro trimestre de 2015 comparados a R\$139.143 no terceiro trimestre de 2014, aumento de 44,85% decorrente, basicamente, do aumento da dívida indexada ao CDI em 2015 aliado à variação deste indexador em 2015 (3,43%) comparado a 2014 (2,72%);
- variações monetárias de Concessão Onerosa: receita de R\$2.242 no terceiro trimestre de 2015 comparados a uma despesa de R\$2.902 no terceiro trimestre de 2014, decorrente, principalmente da variação do IGPM (1,92% no terceiro trimestre de 2015 em comparação a uma variação negativa de 0,67% no terceiro trimestre de 2014);
- Despesas de variações cambiais: no terceiro trimestre de 2015 foi registrada despesa de variação cambial no valor de R\$3.179 comparado a R\$184 no mesmo período de 2014 decorrente, principalmente, da variação do Euro (28,17%) no terceiro trimestre de 2015 em comparação com igual período de 2014 (2,67%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no terceiro trimestre de 2015, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$45.989 em relação ao lucro de R\$20.266 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 226,93%.

No terceiro trimestre de 2014, a Companhia apurou despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$18.623 em relação ao prejuízo de R\$249.647 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 7,46%.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às informações contábeis intermediárias, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Companhia permaneceria no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação dos Ministros do STJ a respeito da liminar da UHE Jaguará sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). No dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguará, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Durante o terceiro trimestre de 2015, a Companhia interpôs certas medidas judiciais, que foram indeferidas pelos órgãos julgadores. Em 15 de setembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão, em regime de quotas até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível pelos assessores legais internos e externos da Companhia. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE Jaguará, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu até 30 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais relativos a esta UHE, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE São Simão, a Companhia: (i) reconheceu, até 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta UHE, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle deste ativo até esta data; (ii) considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da UHE São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas; (iii) transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Maia
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7